

**Quebradeiras de coco de babaçu:
histórias, memórias, estratégias de produção e luta em prol da
preservação dos babaçuais e da cultura local
1990 a 2010¹**

Maria Izilda Santos de Matos²
Andrea Borelli³
Rosana Schwartz⁴

Mulher parada deixa de ser tão medrosa
Seja um pouco corajosa
Segura na minha mão
Lutamos juntas com coragem e com amor
Para o governo dar valor a essa nossa
profissão
Ei não derrube essas palmeiras.
Ei não devore os palmeirais
Tu já sabe que não pode derrubar
Precisamos preservar as riquezas naturais
Tu já sabe que não pode derrubar
Precisamos preservar as riquezas naturais
(Canção das quebradeiras de coco de
babaçu)

O crescimento da presença-visibilidade das mulheres em múltiplos e diversificados setores (trabalho, escolas e universidades, política, artes e ciências) gerou mudanças marcantes na sociedade contemporânea alterando relações tradicionais e inquietando pesquisadores. Esses procuraram dar visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino. Revelaram-se novos femininos e masculinos, outras histórias foram contadas e outras falas recuperadas abrindo possibilidades para o resgate de múltiplas e ricas

¹ O projeto “Quebradeiras de coco de babaçu: histórias, memórias e estratégias de produção e luta em prol da preservação dos babaçuais e cultura local - 1989 a 2010” contou com o apoio do Programa Especial de Inclusão Social, Igualdade e Cidadania, Edital CNPq nº 20/2010 (2008-15) e inclui pesquisa articulada ao projeto “A Contribuição social da Universidade e do desenho industrial para a sociedade: a criação de uma nova ferramenta de trabalho para as mulheres quebradeiras de coco de babaçu do Médio Mearim”, que obteve o prêmio - Melhores Universidades - Categoria Sustentabilidade, Abril Cultural.

² Professora titular da PUC/SP, Livre docente em história, pesquisadora 1A do CNPq, Coordenadora do NEM/PUC/SP.

³ Professora da Universidade Cruzeiro do Sul, Doutora em Ciências Sociais PUC/SP, Coordenadora do Programa Interdisciplinar de Práticas: Científicas, Tecnológicas e Profissionais da Cruzeiro do Sul Virtual, membro NEM/PUC/SP.

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Doutora em História pela PUC/SP, Coordenadora do HCSM/UPM e membro NEM/PUC/SP.

experiências e possibilitando a difusão da perspectiva de gênero, que se tornou estratégica para a consecução da igualdade, equidade e empoderamento, sendo incorporada nos programas e ações dos governos, órgãos de desenvolvimento e ONGs.

A perspectiva de gênero permite observar que as alterações ambientais e climáticas afetam mais diretamente as mulheres (falta da água, secas, fome, questão da terra e das florestas). Frente a tal situação que desde a década de 1980, que movimentos de mulheres se articularam às lutas ambientais, posicionando-se quando da *Agenda 21 de Ação das Mulheres*, durante o evento Planeta Femea, na ECO92. Contemporaneamente, as articulações femininas se ampliam na defesa da ética do futuro, marcada pela solidariedade e responsabilidade pelo futuro do planeta e da humanidade, assentada em ações de precaução e manutenção do legado cultural e ambiental.⁵

Nesse sentido, que este artigo objetiva discutir as ações e lutas cotidianas das mulheres quebradeiras de coco de babaçu, do Médio Mearim (Maranhão), organizadas em movimentos sociais e associações que defendem práticas sustentáveis e a preservação da Floresta Amazônica e, principalmente, a valorização do trabalho feminino, direitos fundamentais e práticas culturais tradicionais, particularmente, as ações e lutas partir da ONG ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão).⁶

Lutas: gênero, desenvolvimento e ONGs

Apesar de resistências, a incorporação da perspectiva de gênero ampliou-se, possibilitando reconhecimento que as desigualdades entre homens e mulheres são problemas de todos, de forma que uma sociedade democrática e plural não pode deixar de contemplar a justiça de gênero.

As abordagens que buscam articular gênero e desenvolvimento destacam que as desigualdades de gênero não podem ser explicadas apenas pelas

⁵ CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Gênero e meio ambiente. São Paulo: Cortez, 1997

⁶ MATOS, M. Izilda de; BORELLI, Andrea; SCHWARTZ, Rosana. Gênero, terceiro setor e desenvolvimento: Quebradeiras - uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaçuais. São Paulo: Verona edições, 2015.

dinâmicas econômicas, evidenciando que o crescimento econômico não é neutro no que se refere às relações entre gêneros, que homens e mulheres não se beneficiam igualmente dos possíveis resultados e que as cargas da pobreza não são distribuídas igualmente entre os gêneros.

No estado atual do debate, as relações sociais de gênero constituem uma cadeia de desigualdades que começa no nível micro (da família e da comunidade), atravessa os sistemas normativos e de mediação social (o mercado de trabalho, o sistema legal, as políticas de Estado, os meios de comunicação), terminando por afetar os pressupostos a partir dos quais se definem as macropolíticas de desenvolvimento.⁷

A maior parte das agências que apoiam e financiam projetos tem incorporado a variável gênero e desenvolvimento, priorizando ações femininas na luta pela sobrevivência e manutenção da família, observando a importância das mulheres devido a suas funções reprodutivas, produtivas, sociais, bem como, o seu trabalho voluntário e/ou de gestão comunitária. Contudo, percebe-se que as propostas e ações de desenvolvimento produzem impactos contraditórios e até negativos para as mulheres, da mesma forma que as mulheres têm menores oportunidades do que os homens para superar obstáculos, inclusive o da pobreza, menor capacidade de gerar ingressos.

A essas referências se acrescenta a compreensão da miséria/exclusão⁸ nos seus aspectos multidimensionais (dimensão étnica, cultural, gênero, geracional), identificando-os como privação de recursos, capacidade e impossibilidade de participação, cabendo atuações que revertam o processo através de ações de empoderamento. A noção de “empoderamento” não está circunscrita à teoria organizacional, ganhando outros significados com a articulação de políticas de desenvolvimento e gênero, já que desde meados da

⁷ CORREA, Sonia. Gênero e desenvolvimento: de que estamos falando? Cadernos ABONG, n. 22, 1997, p. 8.

⁸ Para uma crítica dos conceitos de “exclusão” e de “inclusão” e uma análise dos conceitos alternativos. HIRATA, Helena; CASTEL, Liepitz; VILLIERS, Mattioli Torns. A exclusão em questão(ões). Les cahiers du MAGE, 1997.

década de 1980, esse termo é utilizado nos debates que envolvem questões políticas especificamente no que se refere às mulheres.⁹

Incorporando a concepção de poder como prática social, que circula e se efetua em cadeia e que coexistente com múltiplas outras relações/tensões¹⁰, a noção de empoderamento reconhece que todos têm o poder, que se traduz na necessidade de permitir que sujeitos/grupos criem suas próprias ações, decidam e executem. Dessa forma, empoderamento é visto como um processo pelo qual a autoridade e habilidades se captam, desenvolvem e facilitam com ênfases nos protagonistas e não em uma entidade superior que abona poder aos outros (é a antítese do paternalismo), tornando-se a essência da autogestão. Isto é, o empoderamento cria e dinamiza condições facilitadoras, com participação efetiva, apropriação de capacidades propositivas e executivas, evitando que as ações abstraiam as diferenças de gênero na família e na comunidade, sendo entendido como um processo de mudanças das relações de poder com a eliminação das ações de subordinação das mulheres, subvertendo as práticas instituídas, principalmente no que diz respeito ao exercício do poder.¹¹

A criação/expansão das ONGs é vista como um fenômeno social e histórico, dentro do processo de expansão de circuitos de cooperação, que se caracterizam por ações, projetos, canais e estratégias visando de colaborar na “promoção da transformação social”. De um ponto de vista formal, as ONGs são agrupamentos coletivos com algum nível de institucionalização, entidades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, podendo contar com participação voluntária (engajamento não remunerado, pelo menos de seu conselho diretor), distinguindo-se do Estado/governo, do mercado/empresas e identificam-se com a sociedade civil/associativismo. Nesse amplo quadro incluem-se tanto organizações meramente recreativas ou de assistência social como as participantes ou atuantes nas políticas públicas, incluindo organizações que

⁹ ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero el desarrollo sostenible*. San José – Costa Rica: VICN/ORCA, 1994. MOSER, Caroline. *Estudio mundial: papel de la mujer em el desarrollo*. Nueva York: Nações Unidas 1989. MOSER, Caroline. *Gênero y planificación*. *Gênero y Desarrollo*, Red Entre mujeres, Lima, 1991.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *As verdades e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC, 1979.

¹¹ DURSTON, John. *Que es capital social comunitário?* CEPAL, Serie Políticas Sociais, n. 38, Santiago del Chile, 2000.

buscam desenvolver capacidade integrativa, difundindo novos valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos generalizando sua aceitação e incorporação.¹²

A noção de ONG não possui um sentido unívoco, sendo uma categoria que abarca um universo amplo de organizações com trajetórias históricas, propostas e formatos heterogêneos. Apesar de sua característica polissêmica, as ONGs são identificadas como motores de transformação social e uma nova forma de fazer política, apesar de serem um campo propício às ações neoliberais, que buscam repassar responsabilidades sociais para o campo da sociedade civil.

A sociedade contemporânea cresce as possibilidades de avanço das conexões entre os movimentos sociais e instituições planetária, que se fortalecem politicamente ampliando sua legitimidade através das **redes** que dinamizariam as relações locais com as globais, que possibilitariam as trocas de experiências para enfrentar os desafios das dinâmicas das relações teoria-prática, superando ortodoxias e contemplando dimensões do pensamento crítico.¹³

As possibilidades crescentes de estabelecimento de redes têm contribuído para as ONGs, ao dinamizar diálogos e possibilitar múltiplos desafios de ações, como: garantias de legitimidade e de resultados, problemas financeiros, substituição da espontaneidade, questões de poder, gerência e estruturação organizacional, democratização na gestão, entre outros. As articulações em rede têm causado mudanças marcadas por um caráter dinâmico, proativo e político, mas também elas geram conflitos, colocam em confronto as questões em torno de estabilidade e mudança, envolvem expectativas e receios, criando resistências e bloqueios, principalmente quando se visa alterações radicais que diminuem poder, recursos e prestígio de grupos e pessoas com interesses investidos. Esses

¹² O reconhecimento da importância do trabalho das ONGs pela sociedade mundializada afirma-se a partir dos anos de 1980 e ganhando importância/visibilidade nos anos de 1990, com o empenho na construção de uma agenda social global. O enfraquecimento das ações tradicionais soma-se a vitalidade das ONGs, termo passou a ser incorporado pelas agências internacionais para denominar as organizações responsáveis pela implementação de projetos de promoção do desenvolvimento, como novas formas de lutas e propostas: a preservação do meio ambiente, a busca da equidade no tratamento das questões de gênero, o combate às discriminações étnicas, religiosas e culturais, a inclusão social. SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras, ações coletivas na área da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

¹³ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. ONGS e Universidades, São Paulo, ABONG, 2002.

desafios são particularmente delicados, se for considerado que nas parcerias estão envolvidas instituições como ONGs, fundações empresariais, associações comunitárias, sindicatos, igrejas, universidades, entre outras, com interesses variados.¹⁴

Luta e trabalho: quebrando o coco

O trabalho das quebradeiras de coco babaçu consiste em recolher os cocos e proceder à extração das amêndoas, trata-se de um trabalho basicamente feminino e transmitido geracionalmente. Essas comunidades mantêm formas tradicionais de extrativismo do babaçu, de agricultura de subsistência e artesanato, presentes no seu cotidiano, estratégias de luta política e preservação ambiental.

A palmeira do babaçu é encontrada no Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso e Tocantins, com grande concentração na região do Maranhão. A diversidade de aplicações do fruto e das folhas do babaçu possibilita para uma parte da população do Médio Mearim prover ou complementar o sustento de suas famílias. Trata-se de um recurso muito utilizados pelas comunidades locais, pois além do óleo que é extraído das amêndoas, o babaçu tem diversas aplicações. A utilização do babaçu não se limita ao fruto, as folhas das palmeiras são empregadas na cobertura de casas, assim como em janelas, portas, cercas, gaiolas, cestos, peneiras e esteiras, podendo também servir de alimento para o gado e adubo para as plantações, podendo a casca do coco ser transformada em carvão.

O fruto do babaçu é composto pelo Epicarpo (camada externa e fibrosa), Mesocarpo (camada abaixo do epicarpo, rica em amido e o Endocarpo (camada onde se encontram as amêndoas, são brancas e recobertas por uma película de cor castanha). As amêndoas são encontradas na parte interna do coco e, cada coco geralmente tem entre três ou quatro amêndoas, que são ricas em óleo.

¹⁴ MOTTA, Paulo Roberto. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. RJ: Record, 1991.



O coco babaçu é coletado e quebrado durante o ano todo, concentrando a produção entre os meses de setembro a janeiro. O período das chuvas é considerado crítico para a atividade, o acesso aos babaçuais e coleta tornam-se difíceis, os percursos ficam enlameados e os frutos encharcados, desgaste físico é maior. A coleta é feita nos babaçuais, geralmente em grupo, com o auxílio de um cofo atado ao machado, sendo transportado sob a cabeça e/ou animais de carga.



Coleta do babaçu feita por grupo de quebradeiras de coco

Os cocos podem ser quebrados na própria floresta ou trazidos para casa, o que geralmente ocorre devido às inúmeras tarefas domésticas que as mulheres

realizam. Os principais instrumentos até hoje utilizados para a quebra são um pedaço de pau, conhecido como “porrete” e o machado. Exige-se habilidade e experiência para o procedimento e cuidados frente aos perigos de acidentes causados pela manipulação indevida, ou aos cocos escorregarem das mãos ao serem batidos com o porrete no machado.



Instrumentos utilizados na quebra do coco babaçu

Depois de retirados, os cocos são armazenados em sacos (podendo durar até um ano, desde que em condições específicas de umidade, temperatura e cuidando do ataque de pragas), esses são recolhidos uma ou duas vezes por quinzena (de acordo com a safra) e levados para a cooperativa.

O processamento dos cocos começa com a limpeza e seleção, que pode ser feito em máquinas ou de maneira rudimentar na própria casa. Nos dois procedimentos se obedece a critérios rigorosos, os cocos devem ser maduro e sem sinais de danos causados por roedores. A fase a seguir é a de lavagem, onde os cocos são imersos em um tanque com água clorada e esfregados com auxílio de uma escova e sabão. Segue-se o enxágue, que consiste em retirar com água limpa e corrente os resíduos do sabão e do cloro, ficando o coco preparado para o descascamento.



Grupo de mulheres quebrando coco babaçu

O processo de separação do fruto da casca do coco é feito de forma manual com o auxílio de um facão e porrete¹⁵, consiste em bater no coco até desprender o floco do coco.¹⁶ Após a retirada dos flocos, a secagem é feita em estufas ou através da exposição do produto ao sol (o local de exposição deve ser bem seco, arejados, longe de fossas e de animais). Em seguida é feita a moagem dos flocos através de moinho ou pilão, para eliminar os fiapos das cascas e outras impurezas. Após este processo se tem a farinha de mesocarpo de babaçu. Por último, é realizado o acondicionamento da farinha em sacos plásticos e o armazenamento do produto em local seco, arejado e limpo. Esta farinha é destinada à alimentação humana, complemento alimentar importante, principalmente para crianças desnutridas e mulheres gestantes.

¹⁵ Como forma de aumentar o rendimento econômico da ariscada prática de quebrar o coco, vários equipamentos ou máquinas mecânicas foram desenvolvidos, mas, sem a aprovação e incorporação pelas quebradeiras, pois por mais que se faça uma seleção dos cocos antes do processo, os frutos não apresentam as mesmas conformidades. Ainda se busca uma tecnologia capaz de facilitar a prática, que propicie e valorize o trabalho das quebradeiras.

¹⁶ A casca do coco babaçu (endocarpo lenhoso) é aproveitada para fazer carvão vegetal que queima quatro vezes mais que o de madeira, a produção é feita geralmente em caieiras (buraco feito no chão do quintal), onde a casca é despejada e depois ateadado fogo. Após a queima, ocorre o desaquecimento, processo que consiste no esfriamento do carvão, para tanto, são utilizadas palhas verdes da palmeira de babaçu e da bananeira para cobrir o carvão e um pouco de terra para acelerar o desaquecimento. O carvão produzido tem todo um cuidado ecológico e sustentável, principalmente no que se refere à queima do coco inteiro, pois este ato quebra o ciclo da produção.

As amêndoas são encontradas na parte interna do coco e, cada coco geralmente tem entre três ou quatro amêndoas, estas são as que atingem o maior valor comercial. As amêndoas selecionadas não devem ter furos e nem aspecto amarelado (para não deixar o óleo rançoso, cheiro forte e sabor acre encontrado em substâncias gordurosas). A próxima fase é a torrefação, processo que envolve a torragem da amêndoa picada, adicionando um pouco de água para a futura evaporação. Segue-se a moagem das amêndoas para obtenção de pedaços bem pequenos, uma espécie de farelo. A partir daí se origina uma variedade de subprodutos, dentre eles: óleo para a fabricação de cosméticos, azeite utilizado na alimentação humana, torta para ração animal, borra para fabricação de sabão e leite utilizado na culinária.

O babaçu também possibilita a produção de artesanato, a coleta da palha é feita a partir do broto da folha, conhecida como “pindobas”, nome dado à palmeira nova. A folha é aberta e exposta ao sol por 10 a 15 dias para que ocorra a secagem. A seleção das folhas leva em consideração a consistência, ausência de rachaduras e largura das palhas. A retirada ou não do talo central das folhas depende do tipo de artesanato a ser feito, para tanto se utilizam tesouras ou facas para fazer os cortes da palha no momento da fabricação do produto.

A palha do babaçu também é utilizada como complemento para a fabricação de papel reciclado. O processo consiste em retirar o talo do meio da palha, em seguida pica-se a mesma com tesoura ou à mão. Após esse processo, ela é submersa em água e um pouco de soda caustica para dar consistência à fibra (pasta resultante da palha). Somente depois disso é que se adiciona o papel já selecionado, pois este deve ser de preferência de cor branca para uma melhor qualidade do material.

Outros produtos artesanais não feitos com o coco babaçu, para tanto se prioriza os cocos sem rachaduras ou imperfeições na camada fibrosa. Após o coco é serrado lixado e polido manualmente e posteriormente acabado com tintas ou verniz, nesse material se confeccionam brincos, colares, chaveiros, bichos, pilão etc. Para produção artesanal de sabonete de babaçu utiliza-se o óleo de babaçu, essência natural, mel e soda caustica. O material é colocado em um

misturador até dar o ponto certo, após este processo é colocado nas formas. Após o endurecimento do produto, é feito o corte com lâminas de nylon, o acabamento manual, a embalagem e acondicionamento feito em caixas, o produto está sendo comercializado em vários pontos do Brasil, leva no *slogan* o valor social agregado, a fórmula de boa qualidade e a luta das quebradeiras de coco.

Lutas: preservação e associativismo

As tensões entre os proprietários e as quebradeiras de coco na região se iniciaram na década de 1950, se agudizando nos anos de 1960, quando a extração começou a encontrar empecilhos. Frente a expansão de monocultura e a transformação dos babaçuais em pasto, os proprietários passaram a isolar as áreas de babaçu, impedindo a coleta pelas quebradeiras. Essas medidas, violência e derrubadas das matas, colocou em risco a preservação da palmeira de babaçu e a sobrevivência das famílias envolvidas na exploração do coco. Estes enfrentamentos se estenderam por cerca de duas décadas gerando êxodo rural, as famílias agroextrativistas que ficaram, buscaram enfrentar estas questões, se constituíram em associações e cooperativas.¹⁷

A ASSEMA (Associação em Área de Assentamento do Maranhão) foi uma dessas organizações, que contribuiu para resistência através de diversas ações. Esta associação se originou nos finais dos anos 1980, sendo encabeçada por trabalhadores rurais e principalmente pelas quebradeiras de coco nas comunidades do Médio Mearim, no Maranhão, aonde se concentram as maiores áreas de babaçuais do País, que é composta por 16 municípios e com mais de oito quilômetros quadrados de extensão e de aproximadamente 257 mil habitantes.¹⁸

[...] criada em maio de 1989, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) surgiu com o objetivo de unir as quebradeiras de coco da região do Médio Mearim, no Maranhão, em torno de objetivos comuns que reforçassem a pequena produção local e às famílias produtoras através, principalmente, de acompanhamento técnico-agrícola,

¹⁷ Encontram outras cooperativas e ONGs que buscam a proteção e a defesa dos interesses das quebradeiras de coco de babaçu localizadas nos Estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Tocantins.

¹⁸ Dados do IBGE 2007, extraídos do portal Sistemas de Informações Territoriais, do Governo Federal.

de estabelecimento de créditos e de políticas específicas voltadas ao fortalecimento da produção.¹⁹

A ASSEMA visa à cooperação entre as pessoas que trabalham e vivem do coco de babaçu, articulando trabalhadores rurais e quebradeiras de coco. Associação busca organizar, valorizar e dar visibilidade às ações agroextrativistas, implementando a utilização e preservação dos babaçuais e incentivar o desenvolvimento sustentável.²⁰

Promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais, para a melhoria da qualidade de vida no campo. De caráter regional, a ASSEMA não tem fins lucrativos e atua na denominada região do Médio Mearim, no estado do Maranhão, localizado no Meio Norte do Brasil.²¹

A associação também objetiva promover a produção familiar, auxiliar na economia comunitária e na agricultura ecológica orgânica (contribuindo para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados), combater ao êxodo rural viabilizando a permanência em suas terras com qualidade de vida, contribuir para a geração de renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativista no mercado justo e solidário, além de apoiar as ações de educação. Destaca-se entre seus objetivos centrais o combate às desigualdades de gênero, contribuindo para o empoderamento desses sujeitos para a intervenção e tomada de decisões de políticas públicas.

A trajetória de lutas merece menção os eventos de 1997, quando a ASSEMA se concentrou no movimento pela aprovação da Lei do Babaçu Livre, medida que permitiu a extração do babaçu mesmo em terras privadas (com a extensão da medida para todo o território estadual e federal).

A forma de trabalho é determinada pela relação com a terra e com o babaçu. Se as terras onde tem ocorrência de palmeiras de babaçu são áreas de posse, de assentamento, pequenas propriedades, reservas extrativistas, ou forma que indica domínio por parte das famílias camponesas, as famílias dessas

¹⁹ RÊGO, J. L.; ANDRADE, M. P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Agrária, São Paulo, n. 3, 2006, p. 51.

²⁰ SOUZA, R. C.; OLIVEIRA, J. C.; SALES, V. C. Agroextrativismo familiar: a consolidação de uma alternativa sustentável para a Região do Mearim. Rev. Bras. Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007.

²¹ ASSEMA. Disponível em <<http://www.assema.org.br/>>. Acesso em: 22 outubro 2019.

áreas e geralmente das circunvizinhas têm livre acesso aos babaçuais e, portanto, o trabalho é livre... É também livre quando mesmo em terras privadas dominadas por fazendeiros foi conquistado o livre acesso ao babaçu, seja através de leis municipais e/ou da luta para *libertar o coco*.²²



Dessa forma, o processo de luta e constituição da ASSEMA levou quebradeiras de coco babaçu e trabalhadores rurais a se constituírem enquanto **sujeito político**, rompendo com vínculos estabelecidos e renovando o processo de organização da produção e comercialização na área, além de desenvolver outras demandas.

Nossas conquistas... depois da terra... e direito de coletar o coco nas fazendas, foi o projeto da fábrica que só começou mesmo de verdade só em 2007.... antes tinha que organizar as mulheres quebradeiras para entender seus direitos, defender o meio ambiente, lutar contra as violências dos homens, violência doméstica e prostituição, que ainda é algo muito presente na vida da gente para depois a fábrica..., nosso objetivo é trabalhar em grupo, aprender e ensinar a trabalhar de forma coletiva e isso demora, né?. Luta para melhorar a educação , por que isso é o principal....sem educação não dá, né?. A luta pela saúde veio quase junto....todas as coisa a gente pensou junto....conforme se organizava. As condições de vida da comunidade tinha que melhorar, ai agente pensou como fazer

²² FIGUEIREDO, Luciene D. Empate nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Dissertação de mestrado, Belém, UFPa, 2005, p. 31.

isso..... Lutamos no dia-a-dia para conseguir tudo isso e a criação da Reserva Extrativista de Enseada da Mata – que seria a luta pelo acesso livre ao babaçu....né? Queremos a proibição da criação de bois nos campo..... o gado mata a palmeira e tira o nosso sustento e só sereve para deixar os fazendeiros ricos...²³

Como já observado, a ASSEMA conta entre seus principais agentes as quebradeiras de coco do babaçu, cujo ofício é a extração, quebra, manuseio e venda deste produto, além da confecção de derivados deste. Apesar da organização do movimento ter se iniciado devido aos conflitos de terras, no seu processo assumiu outras questões como a preservação do meio ambiente através do aperfeiçoando métodos de extração do coco de babaçu com base no desenvolvimento sustentável. Para tanto, a organização produz material impresso (cartilhas e jornais), participa de eventos, oferece palestras difundindo práticas alternativas de extração visando combates as queimadas e derrubadas das palmeiras de babaçu.

Para isso protegemos a reserva do babaçu. Não podemos deixar qualquer ameaça pelo fazendeiro de destruir os babaçuais, pois o planeta iria sentir muito... é floresta virgem....é ar....é umidade....Se derrubar as palmeiras o clima muda...lógico que muda, né? E os bichos que vivem lá? Como ficam?. Muda toda a estrutura do local. Por isso temos que lutar pela reserva extrativista das regiões. Esse é o ponto principal do nosso projeto, preservar o meio ambiente. Não precisamos ganhar muito dinheiro...nem queremos...nós queremos viver em paz com o meio ambiente e tirar dele o nosso sustento sem estragar nada.... Os babaçuais são inteligentes, dão respostas para o homem,.... vê as desgraças que esta acontecendo por ai? É resultado da falta de respeito com o meio ambiente.²⁴

A ASSEMA atua de forma direta em 19 municípios (16 do Médio Mearim, 2 do Território Cocais (Peritoró e Alto Alegre) e 1 do Vale do Mearim (Bacabal), com vários projetos que atingem 12.000 pessoas, 4500 famílias, totalizando um universo de 300 comunidades. Neste todo, inclui cooperativas agroextrativistas, associações e grupos de mulheres e jovens rurais, Sindicatos de Trabalhadores

²³ Luciene coordenadora da ASSEMA em São Luís. Entrevista realizada em 26/06/2012.

²⁴ Maria de Jesus Ferreira Bringelo - Dijé, fundadora da ASSEMA e coordenadora do Movimento Interestadual das quebradeiras de coco de Babaçu, MIQCB, criado pela ASSEMA. Entrevista realizada em 12/07/2011.

(as) Rurais e Escolas Famílias Agrícolas, que usufruem de escolas, estradas, energia elétrica, moradias, água etc.²⁵

Entre as alternativas implementadas destaca-se o Sistema de Produção Agroextrativista baseado na diversificação da produção familiar e uso de técnicas de cultivo que visam recuperar a fertilidade dos solos, bastante prejudicados na região pelo uso de agroquímicos, queimadas e máquinas pesadas. Na constituição deste sistema buscou-se respeitar a produção familiar, adicionando novas técnicas e incentivando o consórcio da palmeira de babaçu com as criações de animais, culturas anuais (arroz, milho, feijão e mandioca), hortaliças, espécies frutíferas e madeiras, plantas medicinais e aromáticas. Estas ações buscam garantir alimentação, melhor utilização dos recursos naturais, sustentabilidade e aproveitamento da produção familiar, uso de tecnologias e técnicas apropriadas, valorização das famílias e dos conhecimentos locais, bem como, consolidação da conquista da terra.

Neste processo, cabe destacar a experiência precursora do município de Esperantinópolis, depois estendida para outras áreas com a Associação dos Agricultores da Gleba Riachuelo (município de Lima Campos). O consórcio de culturas incluiu o plantio de banana, abacaxi, caju, jaca, mamão, árvores madeiras, leguminosas e a palmeira de babaçu. Já em Lago do Junco introduziram-se roças orgânicas de arroz, mandioca, milho e feijão, consorciados com a palmeira de babaçu, também se organizou uma escola família agrícola, objetivando fundamentar os filhos e filhas dessas pessoas nos princípios agroextrativistas.

Lutas e desafios da ASSEMA: organização, gestão e promoção

A ASSEMA conta com associados individuais e coletivos que representam cooperativas agroextrativistas, associações comunitárias, grupos de mulheres, grupos de jovens e sindicatos de trabalhadores rurais. A gestão é feita através do Conselho de Coordenação, Diretoria Executiva, Conselho fiscal e dos Diretores de projetos. O processo de administração inclui ações participativas englobando

²⁵ ASSEMA. Disponível em <<http://www.assema.org.br/>>. Acesso em: 22 outubro 2019.

discussões locais e regionais, tendo como órgão máximo deliberativo a Assembleia Geral, que se reúne uma vez por ano. Nestas ocasiões são apresentados os relatórios de gestão e prestações de conta, que são examinados e aprovados, assim como os novos planos de gestão e orçamento anual, quando necessário, se fazem ajustes no estatuto e regimento internos.

O Conselho de Coordenação é composto pela Diretoria Executiva que tem 12 membros (6 mulheres e 6 homens) eleitos(as) bianualmente, sendo responsável pelas tomadas de decisões, por representar oficialmente a entidade e fazer com que os projetos sejam operacionalizados em suas bases.

A ASSEMA conta com equipes técnicas de assessoria jurídica, econômica, política, social e ambiental e um Conselho Técnico, que tem a função de coordenar e orientar a execução do planejamento institucional. Esse planejamento se inicia com as avaliações realizadas pelas organizações de base, seguidas de oficinas de planejamento, das quais participam representantes das organizações de base, da diretoria, a equipe técnica e algumas lideranças. Por fim, a proposta é formulada através de um plano de trabalho que é apresentado à Assembleia Geral, na qual é debatida e aprovada.

As propostas coletivas e ações conjuntas mais amplas são implementadas por mobilizações, articulações e planejamentos unificados, mas, cada organização de base mantém autonomia nos seus projetos. Foram identificadas quatro Articulações Regionais: Articulação de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, Articulação de Esperantinópolis, Articulação de Lima Campos, Peritoró e Pedreiras e Articulação de São Luís Gonzaga²⁶. As reuniões dessas Articulações Municipais-Regionais acontecem periodicamente, nelas se discutem e orientam várias ações.

As ações se sintetizam-se em cinco linhas programáticas: Programa de Produção Agroextrativista (PPA)²⁷, Programa de Desenvolvimento Local e

²⁶ Essas articulações incorporam sindicatos de trabalhadores rurais, comissões e grupos comunitários de mulheres, associações de assentados e cooperativas de produtores agroextrativistas.

²⁷ Busca assessorar e incentivar a agricultura orgânica familiar, através de plantios sem queimadas e agrotóxicos, adoção de técnicas e insumos adequados, consorciando culturas anuais e permanentes com a palmeira de babaçu, evitando dessa forma, a derrubada das palmeiras e a degradação do meio ambiente.

Políticas Públicas (PDLPP)²⁸, Programa de Organização de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (POM)²⁹, Programa de Comunicação e Mobilização de Recursos Locais (PCMRL)³⁰, Programa de Comercialização Solidária (PCS)³¹. Esses programas estão assentados em unidades de produção, como a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPPALJ) que beneficia e comercializa o óleo de babaçu, a torta de babaçu e o carvão vegetal. Esta cooperativa iniciou suas atividades em abril de 1991, visando aproveitar o babaçu de maneira integral e viabilizar uma estrutura comercial – as chamadas **cantinas** que recebessem os cocos das próprias quebradeiras.

Antes da existência destas cantinas, a venda das amêndoas e a compra de outros bens eram feitas por atravessadores ou fazendeiros, estes estabeleciam os preços dos produtos, geralmente injustos, as quebradeiras tinham que quebrar dez quilos de amêndoas para comprar um quilo de açúcar. Com a implantação das cantinas, os atravessadores foram afastados, os intermediários que quiseram quiserem continuar comprando amêndoas, têm que acompanhar o preço oferecido pela cantina. As cantinas foram as estratégias utilizadas de articular da produção e comercialização, facilitando a venda dos produtos agroextrativistas produzidos na

²⁸ Promove o associativismo e a luta por políticas públicas nas áreas dos Projetos, tais como: garantia de serviços de infraestrutura (estradas, instalações de água e energia elétrica) e legalização de terras.

²⁹ Visa organizar as mulheres vinculadas à ASSEMA e ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) apoiando a luta pelo livre acesso aos babaçuais. Este programa facilita a inserção das mulheres nos projetos sociais, culturais e econômicos, provocando também os debates sobre as desigualdades de gênero. Também desenvolve ações culturais, como o projeto “Encantadeiras” (2004), através do qual as quebradeiras de coco utilizam do canto como forma de protesto. Estas ações reforçaram laços de identidade, aumentaram a autoestima, mostraram o cotidiano e deram visibilidade à luta pela preservação dos babaçuais. As cantigas entoadas na coleta e acompanhadas ritmicamente pela batida do machado ganharam os palcos, os títulos das canções vinculam-se as lutas: “Essa Luta não é Fácil”, “Vem Mulher Nosso Direito Vem”, “Ninguém Escuta Meu Grito” e o xote das quebradeiras “Ei Não Derrube Essa Palmeira”. Elas se apresentam em espaços municipais, estaduais, nacionais e internacionais, com artistas renomados como Zeca Baleiro (Pedreiras), Mestre Antônio Vieira e Rosa Reis (São Luís), Nega Gizza (SP) e Alcione Nazareth (RJ), abriram eventos importantes como Terra Madre Brasil (Brasília) e Terra Madre, em Turim/Itália.

³⁰ Objetiva ampliar a visibilidade da ASSEMA, através da chamada de “Embaixada Babaçu Livre”, no centro histórico de São Luís, que busca: obter apoio político e financeiro, fortalecimento da base de apoio político à entidade e aumento dos recursos advindos de doações individuais e coletivas, divulgar institucionalmente a ASSEMA e ampliar o mercado dos produtos “Babaçu Livre”.

³¹ Este programa encontra-se centrado na organização e comercialização da produção dentro de uma proposta de economia solidária, baseada no cooperativismo, autogestão e comercialização solidária, ampliando a geração de renda e o fortalecimento financeiro das famílias. A Associação conta com uma linha de produtos chamada de “Babaçu Livre”.

região. Ao todo são oito cantinas, distribuídas em pontos estratégicos, nesses estabelecimentos comerciais é mantida a relação solidária entre as compras e vendas, pois as famílias podem adquirir os produtos de necessidades imediatas a preços mais baixos.

A Cooperativa produz à torta e o óleo de babaçu. O óleo conta com o selo de certificação orgânica do Instituto Biodinâmico, sendo o único óleo de babaçu com certificação orgânica do mundo.³²

A nossa luta também foi ficando cada vez maisassim..... para melhorar os preços dos nossos trabalhos...da coleta do coco..... A gente ganhava muito pouco, 30 ou 40 centavos por kilo antes da associação. Também pelo direito de vender os produtos do babaçu para aumentar a renda das famílias. Aí para fazer a fábrica começamoslutamos para arrumar uma prensa para evitar o atravessador que pagava isso.... pelo coco. Eles compravam e revendiam. As mulheres vendiam...primeiro só a amêndoa, por que não tinha jeito. Hoje a gente ta deixando de vender só para o atravessador e usamos o coco inteiro.³³

Outra cooperativa é a dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPPAESP) que produz a farinha do mesocarpo. A COOPPAESP foi fundada no dia 26 de setembro de 1992, conta com 65 associadas e tem por objetivo comercializar a produção da farinha de mesocarpo, cujo nome comercial é “Bio Nutri”. Em sua base de apoio, contam com quatro núcleos de produção localizados nos povoados de Giquiri, São José, Palmeiral e Centro do Coroatá, todos fazem parte do município de Esperantinópolis.

A Associação de Jovens Rurais (AJR) foi criada por grupos de jovens de várias comunidades, com caráter organizacional e político e tem como produto o artesanato de babaçu. Esses subgrupos possuem características bem distintas, alguns mais consolidados, outros em processo de estruturação.

O Grupo de Mulheres de Santana (GMS) produz compotas de frutas e licores de frutas utilizando como matéria-prima as frutas orgânicas obtidas por meio do sistema de produção agroextrativista. Já a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) que produz sabonete “Babaçu Livre” e papel reciclado, foi fundada em abril de 1989. Está composta com 123 associadas tendo

³² ASSEMA. Disponível em <<http://www.assema.org.br/>>. Acesso em: 22 outubro 2019.

³³ Maria Alaídes coordenadora da ASSEMA na cidade de Pedreiras, entrevista realizada em 12/07/2011.

por intuito de preservar a natureza e lutar por direitos comuns, como saúde, educação e a valorização do das quebradeiras. A sede está localizada no Município de Lago dos Rodrigues, mas, abrange comunidades de outros municípios. A Associação desenvolve um trabalho com aproveitamento de fibras vegetais, utilizadas na fabricação de papel reciclado, o qual é destinado para fabricação de embalagens, pastas para encontros e seminários, porta-canetas, porta-joias, adereços para presentes e papel para cartões de visitas e datas comemorativas. Também trabalha com plantas aromáticas, utilizadas como essências dos sabonetes e com plantas medicinais.

Atuando na lógica da economia solidária, tendo como base a economia familiar, buscando maior autonomia em relação ao mercado e tendo como estratégia a economia de autogestão³⁴, foi definido como estratégia investir na venda de produtos compondo uma marca denominada “Babaçu Livre” e foi criada a Cooperativa Babaçu Livre para a divulgação e comercialização dos produtos no mercado nacional e internacional.³⁵ Em março de 2003, foi inaugurada a “Embaixada Babaçu Livre”, espaço para a venda de produtos no centro histórico de São Luís, considerado a vitrine da organização e ponto de referência da economia solidária no Maranhão, pois além de comercializar os produtos da Associação e de outras organizações parceiras.³⁶

³⁴ O Programa de Comercialização Solidária assessora de forma direta as etapas de beneficiamento/processamento, mercado/comercialização e administração de sete grupos, sendo três cooperativas (COOPPALJ, COOPPAESP e Cooperativa Babaçu Livre); quatro associações (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR, Associação de Mulheres da Comunidade de Santana, Associação da Gleba Riachuelo - AGR e a Associação de Jovens Rurais do Maranhão – AJR), que se subdividem em 10 subgrupos, atendendo aproximadamente 315 famílias e um total de 370 trabalhadores.

³⁵ São vários produtos que fazem parte da “Babaçu Livre”: arroz, milho, feijão, farinha de mandioca, sabonete de babaçu, papel reciclado, essências aromáticas, remédios naturais, compotas, licores e artesanato. O óleo é utilizado para fabricação de produtos de higiene e limpeza, sendo vendido para o mercado interno e também para Inglaterra, Itália e Estados Unidos; já os sabonetes e mesocarpo de babaçu são consumidos nacionalmente e com empresas da Inglaterra, Itália e Estados Unidos que se colocam no campo do mercado da economia solidária, com as quais se realiza comercialização de produtos da linha “Babaçu Livre”, entre elas estão a *The Body Shop International* (Europa), *Aveda Corporation e Inara* (Estados Unidos).

³⁶ Do município de Alcântara/ MA, produtos da Associação da comunidade de Itamatativa e da Associação da comunidade de Santa Maria. Do Tocantins, participam a Assoc.de São Francisco, a Assoc. de quebradeiras de coco do Bico do Papagaio e a Assoc. de Quebradeiras de Coco de São Miguel. Do município de São Luís/MA, encontram-se produtos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; da Tijupá; da Azulejo Japiacu; da Buritiart, do Grupo Babaçueira, do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, da Dignidade e da COOPERARTE. Do município de São José de Ribamar/MA, participa a Associação dos Produtores de Cerâmica. De Pernambuco, vem produtos da Associação Quilombola de Conceição das

A ampliação dos limites temáticos e de projetos exigiu da ASSEMA uma reorganização das estratégias de ação, enfrentando desafios como os da organização da economia solidária, certificação dos produtos e busca pela organização do mercado, contribuindo para a afirmação econômica das famílias agroextrativistas e de suas organizações locais.

A ASSEMA recebe apoio técnico e visitas de organizações de cooperação internacional e nacional, principalmente na assessoria a entidade e seus projetos, bem como convites para participação e exposição da proposta em eventos nacionais e internacionais. A associação também busca se integrar em redes regionais, estaduais, nacionais e até internacionais, participando de Fóruns e coletivos de entidades da região Amazônica e de causas ambientalistas.³⁷

Como resultados das ações da ASSEMA observa-se externamente o crescimento da credibilidade e reconhecimento da organização perante outros movimentos sociais, ONG's, universidades e órgãos governamentais, bem como, a expansão da visibilidade na mídia com maior circulação institucional (através das redes da internet, site, facebook) e participação em eventos. Somados aos impactos internos com fortalecimento social, político e econômico da Associação, maior envolvimento da comunidade nos projetos, aumento das vendas dos produtos, valorização das atividades econômicas e culturais, melhoria da autoestima e fortalecimento da identidade das famílias agroextrativistas e de suas iniciativas. O Programa de Comercialização Solidária viabilizou a organização do sistema de beneficiamento/processamento e comercialização dos produtos, possibilitando autonomia em relação ao atravessador, influenciando na definição e estabilização dos preços das amêndoas e subprodutos do babaçu e assegurou melhores condições de vida e trabalho.

Crioulas. De Santa Catarina, vêm produtos da Justa Trama, do Pará participa a COOP PARA. ASSEMA. Relatório de atividades semestral 2007. São Luís, 2007.

³⁷ Fórum de entidades da Amazônia oriental (FAOR); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Rede de Comercialização da Pequena Agricultura (RECOPA); Programa de Capacitação Técnicos da Amazônia (PCTA); Rede de Intervenção em Políticas Públicas (RIPP). No Maranhão participa de articulações com organizações de atuação no meio rural, tais como: Rede Agroecológica do Maranhão (RAMA), Movimento dos Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEMA), Comissão Pastoral de Terra (CPT), Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Ainda, integra o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), entre as agências Ecumênicas e as Entidades parceiras do Brasil.

Além do fortalecimento e valorização da proposta associativista/cooperativista, o conjunto das ações viabilizaram a capacitação das mulheres quebradeiras de coco babaçu na produção e gerenciamento de seus empreendimentos, favoreceram e empoderaram as mulheres com o aumento no número associadas, na direção dos trabalhos e na comercialização dos produtos. Dessa forma, proporcionaram a valorização da identidade das quebradeiras enquanto sujeito político e econômico, viabilizando sua autoafirmação, respeitabilidade, afirmação da identidade e o fortalecimento da sua luta pela preservação da floresta de babaçuais.

A atuação da ASSEMA se concentra na busca da melhoria das condições de trabalho e vida das famílias, capacitando-as para elaborar e colocar em prática suas próprias estratégias de desenvolvimento sustentável, assim como, discutir, pensar e propor práticas comunitárias. O reconhecimento destas ações resultou em premiações como: Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente; Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social; Prêmio Empreendedor Social Ashoka/Mckinsey, destacando entre as vinte melhores tecnologias sociais do Brasil.

Considerações Finais

Hoje sinto orgulho de ser quebradeira de coco...Antes era uma vergonha, as pessoas não nos respeitavam, e nós sentíamos vergonha de não ter uma profissão, mas hoje não, hoje é um orgulho...Nós quebradeiras acreditamos que o coco de babaçu é um dom divino...Foi Deus quem fez a palmeira de babaçu, o coco é livre, e nós só queremos colhê-lo e fazer o nosso trabalho

Através da narrativa de Antonia Gomes, quebradeira de coco desde criança e membro da ASSEMA, assim como em outras entrevistas realizadas, pode-se perceber que as quebradeiras adquiriram um sentimento de união e respeito com o próprio trabalho, se tornaram sujeitos políticos no seu processo de luta cotidiano e pela lei do Babaçu Livre, bem como, de prática associativa, aqui entendida como uma ação de luta política.

A ASSEMA através do seu modelo de trabalho organizacional conseguiu estabelecer na região do Médio Mearim formas de trabalhos baseadas na união dos trabalhadores visando a autonomia de decisões, implementações das ações e alternativas sustentáveis, colocando-se como referência nas questões que tratam do agro extrativismo do coco babaçu. A associação atendeu para as questões da equidade de gênero, garantindo oportunidades de participação a homens e mulheres, não apenas no corpo das organizações de bases, mas também, nas representações nos fóruns de discussões, nos eventos e encontros.

As depoentes consideram como as maiores conquistas da Associação: intermediação e regularização fundiária junto ao governo estadual; apoiou a formação de associações que representassem os extrativistas; fomento à criação de cooperativas que garantissem a liberdade de comercialização do babaçu; aumento da qualidade de vida das famílias; livre acesso e preservação dos babaçuais através da chamadas Lei do Babaçu Livre.³⁸

A ASSEMA criou oportunidades e melhorias na qualidade de vida das famílias por meio da preservação ambiental, agregação de valor aos subprodutos do babaçu e da comercialização dos produtos no chamado “mercado justo e solidário”. Ela investe na qualificação dos produtores e produtoras, na qualidade dos produtos e na abertura de novos canais de comercialização.

Essas histórias de vida marcadas por lutas e capacidade de organização política ao combinar critérios de gênero com preservação ambiental, causa inquietações que merecem estudos mais aprofundados, que rastreiem processos e ações coletivas incorporando as experiências cotidianas de mulheres nas suas lutas.

³⁸ Lei do Babaçu Livre vigora em 14 municípios brasileiros, sendo a primeira, a Lei 05/97 do município de Lago dos Juncosa. A Assembleia Legislativa do Maranhão, em 1986, criou a Lei nº 4734, que proibia a derrubada das palmeiras de babaçu, contudo os dispositivos de proteção foram flexibilizados pela Lei 9.370, de 13 de maio de 2011. Na esfera federal procurou-se criar uma lei para regular a questão, o que gerou o Projeto de Lei 1428/1996, cuja última movimentação legislativa foi em 1998 A questão foi retomada no Projeto de Lei n. 747/2003, que foi arquivado em 2008, depois de tramitar por aproximadamente 5 anos BRASIL. Dossiê digitalizado do Projeto de Lei 1428/1996. Câmara dos Deputados. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F29544793E8A48092B3041F14A7AF75B.proposicoesWebExterno1?codteor=1133482&filename=Dossie+-PL+1428/1996, BRASIL. Projeto de Lei 747/2003. Câmara dos Deputados. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=111327&ord=1&tp=completa.

Referências e fontes:

- ABONG. ONGs no Brasil. Perfil e catálogo das associadas da Abong, São Paulo, Abong, 2003.
- ABONG. Números e dados das fundações e associações privadas sem fins lucrativos no Brasil. Disponível em: <http://www.abong.org.br/ongqs.php>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- ABRAMOVAY, Miriam. Gênero el desarrollo sostenible. San Jose – Costa Rica: VICN/ORCA, 1994.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Quebradeiras de coco de babaçu: identidade e mobilização – legislação específica e fontes documentais e arquivista. In: III Encontro Interestadual das quebradeiras de covo babaçu, São Luís, 1995.
- _____; SHIRAIISHI NETO, Joaquim; MESQUITA, Benjamim Alvino de; ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; SILVA, Cyntia Carvalho Martins; PEREIRA, Henrique Miguel. (Orgs.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB – Balaios typografia, 2000.
- ASSEMA. Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. Relatório de atividades anual 2003. Pedreiras, 2003.
- _____. Minha terra tem palmeiras e gente de muita fibra. São Luís: ASSEMA, 2005.
- _____. Relatório de atividades semestral 2005. São Luís, 2005a.
- _____. Relatório de atividades anual 2007. Pedreiras, 2007.
- _____. Relatório de atividades semestral 2007. São Luís, 2007a.
- ASSEMA. Disponível em <<http://www.assema.org.br/>>. Acesso em: 22 outubro 2019.
- ASSEMA FACEBOOK. Disponível em <https://www.facebook.com/AssociacaoEmAreasDeAssentamentoNoEstadoDoMaranhao>, Acesso em: 22 outubro 2019.
- Associação dos Moradores do Bairro Novo – Penalva Maranhão - Nova cartografia social da Amazônia: quebradeiras de coco do quilombo de Enseada da Mata Maranhão, Penalva, 2007.
- BAUMAN, Z. Globalization: the human consequences. New York: Columbia University Press, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Gênero e meio ambiente. São Paulo: Cortez, 1997.
- CORDEIRO, Renata dos Reis. Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do movimento interestadual das quebradeiras de coco de babaçu, no Maranhão. Dissertação (Mestrado em sociologia), UFMA, São Luis 2008.
- CORREA, Sonia. Gênero e desenvolvimento: de que estamos falando? Cadernos ABONG, n. 22, 1997.
- _____. ONGs de mulheres: trajetórias e os usos do gênero. Cadernos ABONG, n. 22, 1997.
- COSTA, Delaine Martins; GLEISE, Heisler Neves. Desenvolvimento institucional, gênero e ONGs: um debate possível. In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro das; COSTA, Delaine Martins. Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs. Rio de Janeiro: IBAM/ ENSUR/NEMPP, Madrid, Instituto de la Mujer, 1995.
- DURSTON, John. Que es capital social comunitário? CEPAL, Serie Políticas Sociais, n. 38, Santiago del chile, 2000.

- FIGUEIREDO, Luciene D. Empate nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Dissertação de mestrado, Belém, UFFa, 2005.
- FIGUERAS, Javier D. Capital social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones perdidos de la sociabilidad. In: CAPITAL SOCIAL y reduccion de la pobreza en América Latina: en busca de un nuevo paradigma. Santiago del Chile: CEPAL/Michigan State University, 2003.
- FOUCAULT, Michel. As verdades e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: PUC, 1979.
- GOHN, Maria da Glória. Organizações não-governamentais – ONGs: a modernidade da participação social. Cidadania/Textos. ONGs, parcerias e educação popular. São Paulo: Gemdec/Unicamp, 1994.
- HEILBORN, M. Luiza; ARRUDA, Ângela. Legado feminista e ONGs de Mulheres: notas preliminares. In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro das; COSTA, Delaine Martins. Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs. Rio de Janeiro: IBAM/ ENSUR/NEMPP; Madrid: Instituto de la Mujer, 1995.
- HIRATA, Helena; DOARÉ, Hélène Le. Os paradoxos da Globalização. O trabalho das mulheres/Cadernos Sempreviva, São Paulo, SOF, 1999.
- HIRATA, Helena; CASTEL, Liepitz; VILLIERS, Mattioli Torns. A exclusão em questão(ões). Les cahiers du MAGE, 1997.
- LANDIM, Leila. Múltiplas identidades das ONGs. In: ONGs e Universidades. São Paulo: ABONG, 2002.
- LASH, Scott. Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial. In: MEIO AMBIENTE desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Edufsc, 1995.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. História, Cotidiano e Cultura. São Paulo: E@manuscrito, 2019, 3 ed. Revista e ampliada.
- MATOS, M. Izilda de; BORELLI, Andrea.; SCHWARTZ, Rosana. Gênero, terceiro setor e desenvolvimento: Quebradeiras - uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaçuais. São Paulo: Verona edições, 2015.
- MAY, Peter Herman. Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.
- MESQUITA, Benjamim Alvino de. As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB/Balaios, 2001.
- _____. As Mulheres Agroextrativistas do babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. Revistas e Políticas Públicas, Programa de Pós-graduação em políticas públicas, Mestrado e doutorado da Universidade Federal do Maranhão, v. 12, n. 1, janeiro/junho 2008.
- _____. A Transformação da pecuária bovina no maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período 1970-2000. Tese (Doutorado), UFMA, 2006.
- MONTAÑO, Sonia. Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estratégia de lucha contra la pobreza. In: CAPITAL SOCIAL y reduccion de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. Santiago del Chile: CEPAL/Michigan State University, 2003.
- MOSER, Caroline. Estudio mundial: papel de la mujer em el desarrollo. Nueva York: Nações Unidas 1989.
- _____. Gênero y planificacion. Gênero y Desarrollo, Red Entre mujeres, Lima, 1991.
- MOTTA, Paulo Roberto. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1991.

- NEVES, Maria da Graça Ribeiro das; COSTA, Delaine Martins. Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs. Rio de Janeiro: IBAM/ ENSUR/NEMPP, 1995.
- PARPART, Jane L. ¿Quiven es el “otro”? Una critica feminista posmod de la teoria y la mactia de muyer y desarrollo. Lima: Entre Muyeres, 1994.
- PORTOCARRERO, Patrícia. Mujer em el desarrollo: história, limites y alternativas. In: Mujeres y desarrollo. Madrid: Editorial Lepala, 1990.
- RÊGO, J. L.; ANDRADE, M. P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Agrária, São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. São Paulo em perspectivas, São Paulo, v. 8, n. 3, jul-set. 1994.
- _____. Cidadania sem fronteiras, ações coletivas na área da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Redes e sociedade civil global. ONGS e Universidades, São Paulo, ABONG, 2002.
- SHIRAIISHI Neto, Joaquim. A conceituação do extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direitos construídas pelas quebradeiras de coco. Dissertação (Mestrado), UFPr., Curitiba, 1997.
- _____. Conflito entre legislação extrativista e práticas camponesas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. 2 ed. São Luís: MIQCB/Balaio, 2001.
- SOUZA, R. C.; OLIVEIRA, J. C.; SALES, V. C. Agroextrativismo familiar: a consolidação de uma alternativa sustentável para a Região do Mearim. Rev. Bras. Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007.
- VALDERRAMA. Mariano de Leon; COSCIO, Luís Peres (Orgs.). Cambio y fortalecimiento institucional de las organizaciones no gubernamentales en América Latina. Buenos Aires: Ficong/Alop, 1998.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. ONGs e universidades: desafios atuais. ONGs e Universidades. São Paulo: ABONG, 2002.